
Análise dos resultados

Características básicas da população de estudo

A PeNSE 2009 estimou em 618 555 o número de escolares do 9º ano do ensino fundamental frequentando a escola nas capitais brasileiras e no Distrito Federal. Desse total, 293 596 escolares (47,5%) são do sexo masculino e 324 958 escolares (52,5%) são do sexo feminino. Na maior parte das capitais, houve ligeira predominância de escolares do sexo feminino. As maiores presenças de escolares do sexo feminino foram observadas em Maceió (57,3%), Salvador (57,2%) e Aracaju (57,1%). Os maiores percentuais de escolares do sexo masculino foram encontrados em São Paulo (50,1%), seguido por Goiânia (49,0%) e Florianópolis (49,0%).

A população estimada, segundo a dependência administrativa da escola, foi composta por 489 865 (79,2%) escolares que estudavam em escolas públicas e 128 690 (20,8%), escolares que estudavam em escolas privadas. Em Vitória (61,9%), Natal (62,2%), Aracaju (66,2%) e Teresina (66,5%) foram verificados os menores percentuais de escolares de escolas públicas (Tabelas 1.1 e 1.2).

A estrutura etária² observada entre os participantes da pesquisa revelou que 89,1% dos escolares frequentando o 9º ano tinham idade entre 13 e 15 anos, segmento etário preconizado pela Organização Mundial da Saúde - OMS como referência para os estudos de adolescentes escolares. Cabe ressaltar que 47,1% tinham 14 anos de idade. Entretanto, nota-se uma variação importante na distribuição dos escolares, segundo a idade entre as capitais. Os maiores percentuais de escolares com idade igual ou inferior a 13 anos foram encontrados em Curitiba (44,1%), Campo

² A amostra não foi calculada para desagregar as informações por grupos etários.

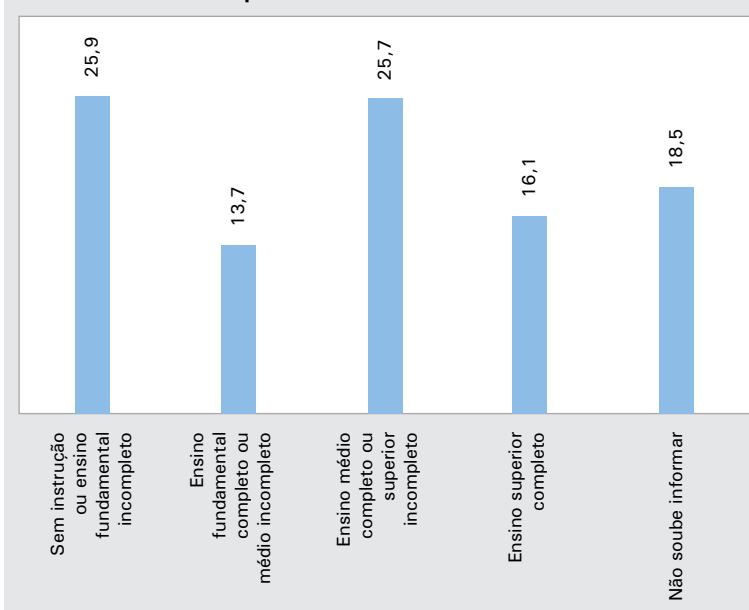
Grande (37,7%) e Rio Branco (37,2%). Os menores percentuais de escolares com esta idade foram encontrados no Rio de Janeiro (11,2%), Belo Horizonte (16,6%) e Salvador (17,6%). Entre todas as capitais e Distrito Federal, 10,2% dos escolares apresentaram idade igual ou superior a 16 anos, sendo Salvador (21,8%), Aracaju (19,3%) e Maceió (18,8%) as que tiveram os maiores percentuais (Tabela 1.3).

A distribuição dos escolares, segundo a cor ou raça, para o conjunto das capitais e o Distrito Federal, mostra maiores proporções de brancos (40,1%) e pardos (39,1%). Entretanto, há importantes variações nesta distribuição. A proporção de pretos para o total das cidades estudadas foi de 12,9%, sendo mais elevada em Salvador (34,8%) e mais reduzida em Curitiba (7,0%). Os percentuais de brancos são maiores nas capitais do Sul do País: 70,6%, em Florianópolis; 69,8%, em Porto Alegre; e 62,8%, em Curitiba. Boa Vista e São Luís apresentaram as maiores proporções de escolares que se declararam de cor parda (60,9% e 60,5%, respectivamente). No total, apenas 1,4% dos escolares não prestou informação sobre a variável cor ou raça (Tabela 1.4).

Escolaridade materna

A média de anos de estudo para a população de 25 anos e mais de idade é um indicador que revela o *status* de escolaridade de uma sociedade. No Brasil, segundo a Síntese de Indicadores Sociais 2009, do IBGE, a média de anos de estudo para a referida população era de sete anos, em 2008, o que representa uma escolaridade que não atingiu a conclusão do ensino fundamental. A publicação mostra que a média vista pelo rendimento mensal familiar per capita tem diferença de seis anos quando comparado o quinto superior (20% mais ricos) com o primeiro quinto de rendimento (20% mais pobres). Por inferência, a partir da idade dos escolares que participaram da pesquisa, entende-se que as mães dos mesmos estavam inseridas no grupo etário supracitado.

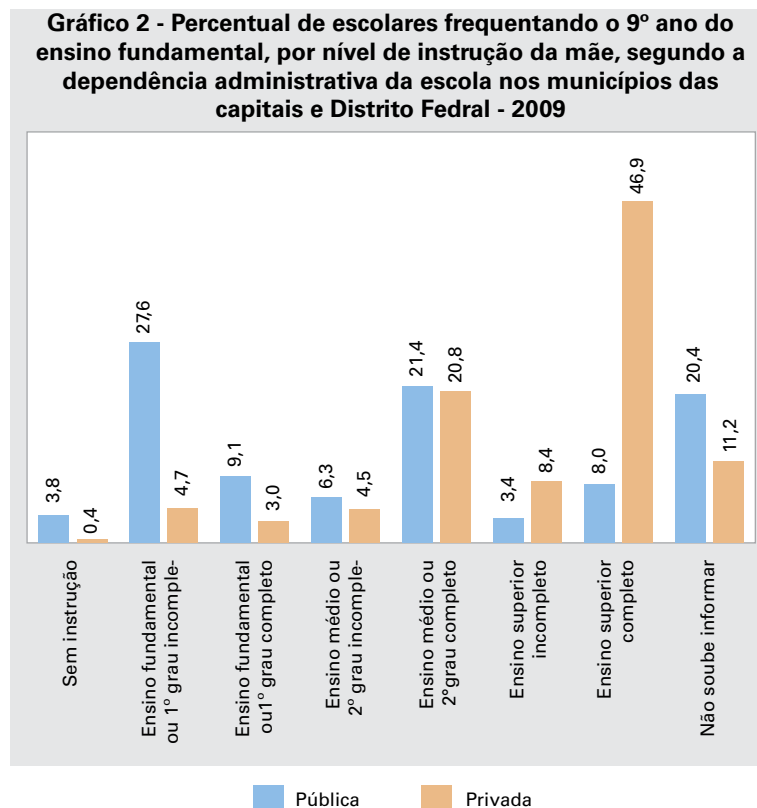
Gráfico 1 - Percentual de escolares frequentando o 9º ano do ensino fundamental, por nível de instrução da mãe nos municípios das capitais e Distrito Federal - 2009



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisa, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar 2009.

O percentual de escolares cujas mães não tinham qualquer grau de ensino ou tinham somente o ensino fundamental incompleto foi de 25,9%. No outro extremo, a proporção de escolares com mães que tinham o nível superior completo foi de 16,1% (Gráfico 1). A proporção de escolares cujas mães não tinham qualquer grau de ensino ou tinham somente o ensino fundamental incompleto foi mais elevada em Maceió (37,7%) e menor, em Vitória (19,2%). Vitória e o Distrito Federal apresentaram os maiores percentuais de escolares que tinham mães com ensino superior completo (26,9% e 20,9%, respectivamente). Vale salientar que 18,5% dos escolares não sabiam informar a escolaridade materna (Tabela 2.1).

Ao desagregarmos o indicador escolaridade da mãe pela dependência administrativa das escolas, observamos diferenças importantes. A frequência de escolares da rede privada cujas mães tinham ensino superior completo foi quase seis vezes maior que a dos escolares da rede pública de ensino, respectivamente, 46,9% e 8,0%. Quando a análise abordou as mães que não terminaram o ensino fundamental, a proporção de escolares da rede pública foi de 27,6% (Gráfico 2).



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisa, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar 2009.

Contextos social e familiar

A estrutura familiar tem mudado de forma expressiva, seja pela redução da fecundidade, seja pela mudança das composições e formatos de família, com crescimento dos divórcios, e aumento do percentual de famílias monoparentais, no qual a mãe ou o pai assume a chefia da família isoladamente (SÍNTESE..., 2007).

A família é dinâmica e afetada por mudanças sociais, culturais, históricas, assim como pelos ciclos de vida e transições próprias, como a infância, a adolescência e a maturidade. Cada ciclo tem uma dinâmica e preocupações próprias. No caso da adolescência, há aumento dos conflitos entre pais e filhos e mudança nas relações de poder em decorrência dos adolescentes assumirem papel mais ativo na tomada de decisões na família. Este é um momento importante de redefinição nas relações familiares. Esta transição tende a ser mais fácil quando existe comunicação entre pais e filhos, compartilhamento de tempo e troca de opinião apoiados em princípios democráticos e de afeto (RODRÍGUEZ et al., 2005).

A família agrega um conjunto de valores, crenças, conhecimentos e hábitos que podem influenciar práticas que promovam a saúde de seus componentes, ou, ao contrário, aumentem a vulnerabilidade dos mesmos para as doenças (CURRIE et al., 2008).

Mesmo diante das mudanças na estrutura das famílias contemporâneas, elas permanecem provendo funções básicas, como cuidados físicos e psicológicos. Esta atuação de proteção acolhe os adolescentes no momento de transição para a vida adulta. Estudo com adolescentes, realizado na Espanha, mostrou que 86,7% deles residiam com ambos os pais, enquanto nos Estados Unidos este percentual foi de 60,0% (RODRÍGUEZ et al., 2005).

Com o propósito de analisar os contextos social e familiar dos escolares, a PeNSE mediu indicadores como: presença dos pais na residência; conhecimento dos pais sobre o tempo livre dos filhos; falta às aulas sem consentimento dos pais; e presença da mãe ou responsável durante as refeições.

Presença dos pais na residência

Considerando todas as capitais e o Distrito Federal, 58,3% dos escolares viviam em lares com presença de pai e mãe, variando entre 48,3% em Rio Branco e 62,8% em Curitiba. Os que residiam apenas com as mães perfizeram 31,9% do total, variando entre 25,6% em Teresina e 38,1% em Rio Branco. Apenas 4,6% dos escolares viviam somente com o pai. Neste caso, o menor percentual foi observado em Fortaleza (3,1%) e o maior (7,6%), em Porto Velho. Avaliou-se também a frequência dos escolares que viviam sem a presença da mãe e do pai na residência, que foi de 5,2% para o conjunto das capitais, sendo observada a menor porcentagem (3,5%) em Belo Horizonte e a maior (10,5%), em São Luís (Tabela 3.1).

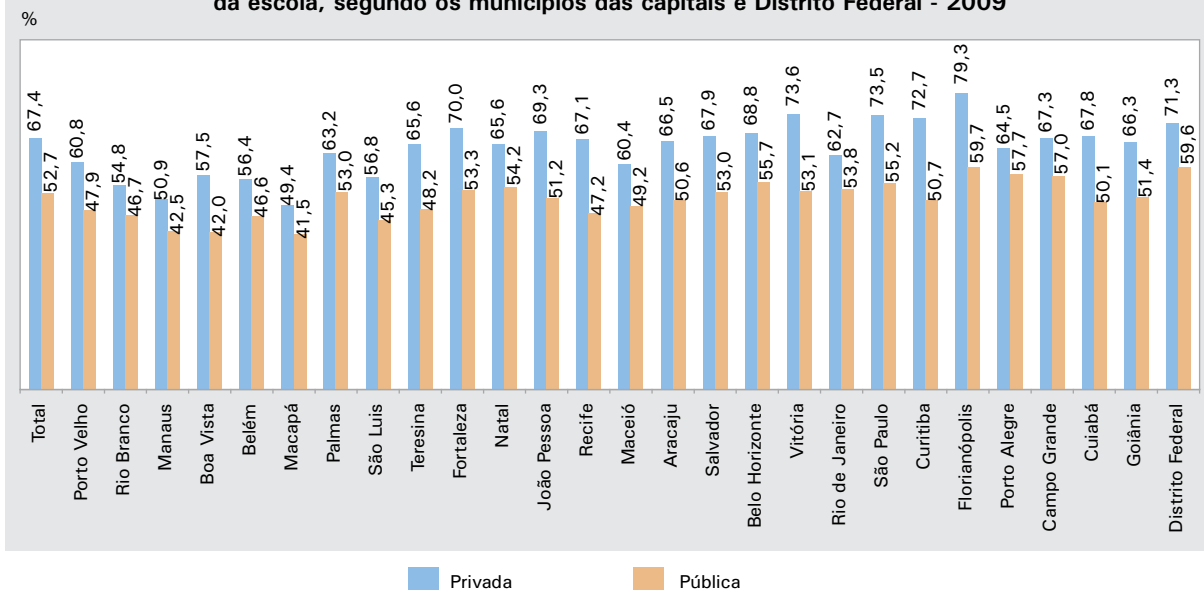
Conhecimento dos pais ou responsáveis sobre o tempo livre dos escolares

O conhecimento dos pais ou responsáveis sobre os diversos fatos da vida dos filhos (saber o que fazem no tempo livre, onde vão quando saem, quais são as suas amizades) é um importante fator de prevenção de condutas de risco, os quais são minorados na medida em que os pais, ou responsáveis, se envolvem na supervisão das atividades dos adolescentes (RODRÍGUEZ et al., 2005).

Em inquérito realizado na Espanha, os escolares relataram que 81,2% das mães sabiam onde eles se encontravam após a aula e apenas 56,1% dos pais estavam informados (RODRÍGUEZ et al., 2005).

Os resultados da PeNSE revelaram que, nos municípios das capitais e no Distrito Federal, 55,8% dos escolares declararam que os pais ou responsáveis sabiam o que eles faziam no tempo livre, nos últimos 30 dias. Em Florianópolis, a proporção foi de 64,3% e, em Macapá, foi de 42,2%. A proporção de escolares do sexo feminino que declararam que os pais ou responsáveis estavam informados sobre as suas atividades no tempo livre foi de 59,7%, enquanto entre os escolares do sexo masculino o percentual foi de 51,4%. Este indicador apresentou variação conforme a dependência administrativa da escola, estando os pais ou responsáveis dos escolares das escolas privadas mais informados sobre o uso do tempo livre dos filhos (67,4%) que os dos escolares das escolas públicas, cuja frequência foi de 52,7% (Gráfico 3).

Gráfico 3 - Percentual de escolares frequentando o 9º ano do ensino fundamental, cujo(s) responsável(is) sabe(m) o que o escolar fez durante seu tempo livre, nos últimos 30 dias, por dependência administrativa da escola, segundo os municípios das capitais e Distrito Federal - 2009

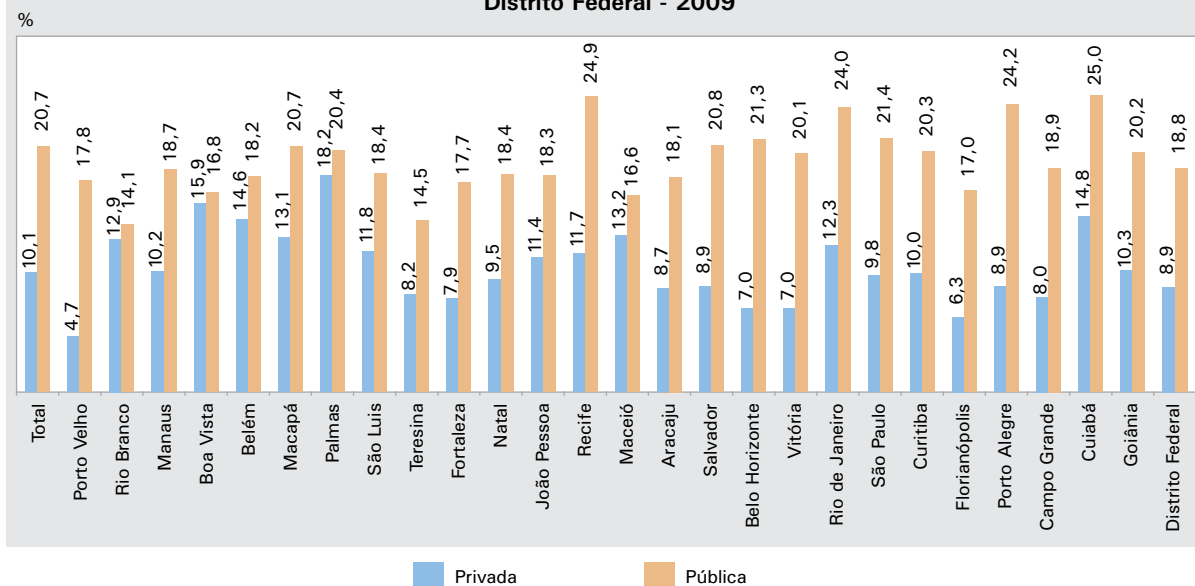


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisa, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar 2009.

Falta às aulas sem autorização dos pais ou responsáveis

Os dados da PeNSE mostraram também que 18,5% dos escolares do 9º ano do ensino fundamental das capitais brasileiras e do Distrito Federal faltaram às aulas, nos últimos 30 dias, sem autorização dos pais ou responsáveis. Em Cuiabá, foi detectada a maior frequência (23,4%), e a menor, em Teresina (12,4%). A pesquisa revelou, ainda, que os escolares de escolas públicas têm este comportamento de forma mais frequente (20,7%) do que os de escolas privadas (10,1%) (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Percentual de escolares frequentando o 9º ano do ensino fundamental que faltaram às aulas nos últimos 30 dias sem autorização do(s) responsável(is), segundo os municípios das capitais e Distrito Federal - 2009



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisa, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar 2009.

Presença da mãe ou responsável durante as refeições

Alguns estudos mostram que o hábito de conversar, passear ou realizar refeições em família são comportamentos que tem se mostrado como fator protetor que reduz condutas de risco. Em estudo realizado na Espanha, em 2005, com escolares do grupo etário de 13 a 14 anos, 58% dos pais faziam regularmente refeições com seus filhos.

A importância da relação positiva entre pais e filhos tem sido bem documentada na redução de riscos como delinquência juvenil, depressão e sintomas psicossomáticos (CURRIE et al., 2008).

A PeNSE mostrou que nas capitais brasileiras e no Distrito Federal 62,6% dos escolares costumavam fazer cinco ou mais refeições na semana com a presença da mãe ou responsável, sendo a menor frequência observada em Salvador (54,3%) e a maior, em Florianópolis (72,7%). Não foram observadas diferenças significativas segundo o sexo (masculino – 63,2% e feminino – 62,1%) (Tabela 3.4).

Alimentação

Segundo a Organização Mundial de Saúde, é importante desenvolver hábitos de alimentação saudável entre crianças e adolescentes para sua manutenção na vida adulta e conseqüente redução de risco de doenças (CURRIE et al., 2008). Entre os hábitos considerados saudáveis, estudos apontam para o consumo de frutas e hortaliças como potencial fator de proteção para excesso de peso, doenças cardiovasculares e diabetes tipo 2 (FRUITS..., 2005).

A Organização Mundial da Saúde realiza bianualmente um inquérito entre adolescentes de mais de 40 países no mundo, o Health Behaviour in School-Aged Children - HBSC, e dentre os indicadores pesquisados constatou-se que 35% dos adolescentes de 13 anos de idade consumiam frutas diariamente. De outro lado, 27% deles bebiam algum tipo de refrigerante diariamente (CURRIE et al., 2008).

Em inquérito nacional realizado na Espanha, em 2005, 21,3% dos adolescentes consumiam verduras pelo menos uma vez ao dia, porém o consumo diário de frutas foi de apenas 9,9%. A frequência de escolares que consumiam três ou mais copos de leite ao dia foi de 14,1%. A pesquisa ainda informou que, sobre marcadores de alimentação não saudável, 16,6% daquela população consumiam doces diariamente e 14,0% tomavam algum tipo de bebida açucarada.

Em estudo realizado com escolares matriculados na antiga 8ª série do ensino fundamental da rede pública municipal da cidade do Rio de Janeiro, verificou-se alto consumo de alimentos não saudáveis, como doces, refrigerantes, frituras e salgados e baixo consumo de frutas e hortaliças (CASTRO et al., 2008).

Em outro estudo, avaliou-se práticas alimentares de adolescentes entre 10 e 17 anos de idade matriculados na rede pública de ensino da cidade de Piracicaba (São Paulo), por meio de questionário de frequência alimentar semiquantitativo, revelando que 83,8% apresentaram ingestão energética e 36,7% de lipídios, acima das recomendações (CARMO et al., 2006).

O padrão de consumo alimentar de adolescentes tem sido investigado como fator de risco para o excesso de peso, pois nesta fase diversos padrões de comportamento

são afirmados. Segundo Andrade, Pereira e Sichieri (2003) avaliaram em uma amostra probabilística de adolescentes com e sem sobrepeso entre 12 e 17 anos de idade na cidade do Rio de Janeiro, as características de consumo alimentar estratificada por estado nutricional. Neste estudo, foi verificada elevada ingestão de alimentos com alta densidade energética independente do estado nutricional, não sendo observada diferença estatística entre os grupos avaliados.

Estes estudos mostram o aumento do consumo de alimentos não saudáveis, ricos em açúcares e gorduras, na dieta dos adolescentes brasileiros.

Diante dos estudos pontuais realizados em localidades ou grupos específicos, observa-se a necessidade de caracterizar o padrão de consumo alimentar de adolescentes. A PeNSE identificou a frequência semanal³ de consumo de alimentos considerados como marcadores de alimentação saudável (feijão, legumes e verduras, frutas e leite) e de alimentação não saudável (frituras, embutidos, biscoitos e bolachas, guloseimas⁴ e refrigerantes). Definiu-se como indicadores o consumo de legumes e verduras, frutas e leite (alimentos saudáveis) em cinco dias ou mais na semana e o de alimentos não saudáveis: (embutidos, biscoitos e refrigerantes) em cinco dias ou mais na semana.

Consumo de alimentos marcadores de alimentação saudável

Dentre os marcadores de alimentação saudável, foram verificados maiores percentuais de consumo para o feijão, sendo mais elevado entre os escolares do sexo masculino (68,3%) quando comparados os sexos, e entre escolares das escolas públicas (65,8%), quando abordada a esfera administrativa.

No consumo de hortaliças, não foram observadas diferenças significativas entre os sexos (feminino – 31,3% e masculino – 31,2%) para o total da pesquisa. Porém, quando considerada a dependência administrativa das escolas houve maior variação. Dos escolares do 9º ano do ensino fundamental das escolas privadas, 34,3% consumiram hortaliças em cinco dias ou mais na última semana. Para os escolares das escolas públicas o percentual foi de 30,4%.

As frutas frescas foram consumidas em cinco dias ou mais por 31,5% dos escolares, não havendo diferença significativa por sexo ou dependência administrativa da escola para o total das capitais e do Distrito Federal. Já o consumo de leite foi maior entre os escolares do sexo masculino (58,3%) do que entre os escolares do sexo feminino (49,4%), assim como foi maior entre escolares de escolas privadas (60,7%) do que entre os escolares de escolas públicas (51,7%).

A proporção de escolares que declararam consumir feijão em cinco dias ou mais na última semana apresentou ampla variação entre as capitais e o Distrito Federal. O menor valor observado foi de 24,7% em Manaus e o maior de 79,2%, em Belo Horizonte. Nas mesmas condições, o consumo de frutas frescas variou entre 21,2%, em Macapá, e 36,8%, em Belo Horizonte.

³Os resultados obtidos para os sete últimos dias antes da pesquisa foram considerados como frequência semanal.

⁴Chamou-se guloseimas as balas, bombons, chicletes, doces, chocolates ou pirulitos.

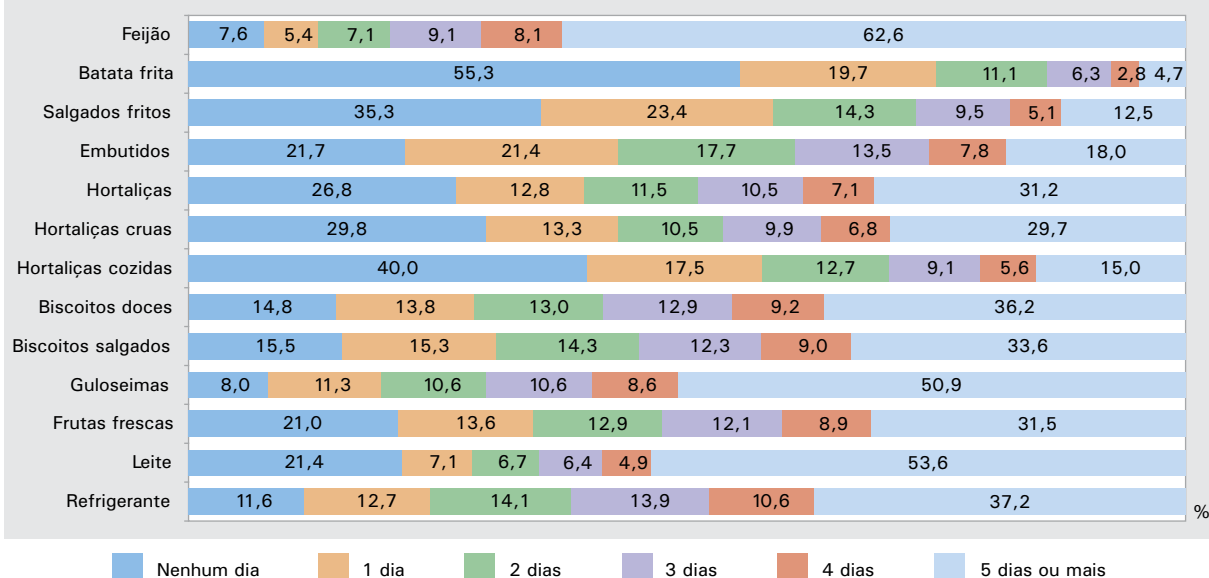
Consumo de alimentos marcadores de alimentação não saudável

O consumo de guloseimas (alimento não saudável) foi maior entre os escolares do sexo feminino (58,3%). A proporção de escolares do sexo masculino que consumiram o referido alimento em cinco dias ou mais foi de 42,6%. Já o consumo de batata frita em cinco dias ou mais na semana anterior à pesquisa foi de 4,7% e o de salgados fritos, 12,5% no total das capitais e Distrito Federal. Nos dois casos, não foram observadas diferenças significativas entre os sexos. Porém, para os salgados fritos, constatou-se maior consumo entre os escolares de escolas privadas (14,3%) do que entre os escolares das escolas públicas (12,0%). Os embutidos foram consumidos por 18,8% dos escolares do sexo feminino e 19,5%, dos escolares das escolas privadas. Os biscoitos doces (35,8%) e salgados (38,2%) foram mais consumidos por escolares do sexo feminino e, também, foi maior esse consumo por escolares das escolas públicas (biscoito salgado – 37,5%; biscoito doce – 34,6%). O consumo de refrigerante foi feito por 37,2% dos escolares em cinco dias ou mais na última semana (Tabela 4.1).

Com relação aos marcadores de alimentação não saudável, a proporção de escolares que consumiram guloseimas em cinco dias ou mais nos últimos sete dias antes da coleta de dados foi de 50,9 % para o total das capitais estudadas e Distrito Federal, variando de 41,8%, em São Luís, a 56,8%, em Goiânia. Já a frequência de escolares que consumiram refrigerantes variou de 25,3%, em São Luís, a 47,0%, em Cuiabá. Nota-se que o consumo de guloseimas superou o consumo de frutas frescas em todas as capitais estudadas e no Distrito Federal, o mesmo ocorreu com o consumo de refrigerante, exceto em São Luís, Natal e Florianópolis (Tabela 4.2).

O Gráfico 5 mostra a variabilidade na frequência nos últimos sete dias de consumo dos alimentos marcadores de alimentação saudável e não saudável.

Gráfico 5 - Percentual de escolares frequentando o 9º ano do ensino fundamental, por consumo alimentar na última semana, segundo o alimento consumido nos municípios das capitais e Distrito Federal - 2009



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisa, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar 2009.

Prática de atividade física

A prática de atividade física pela população tornou-se uma questão de saúde ainda na década de 1990. Muitos estudos enfatizam como sendo importante a construção do hábito da prática de atividade física já na infância (SEABRA et al., 2008). Estimular a prática da atividade física em crianças e adolescentes é importante para uma vida adulta mais ativa. É recomendado que nesta faixa etária haja pelo menos uma hora de atividade física moderada a vigorosa diariamente, ou 300 minutos de atividade física acumulados por semana (CURRIE et al., 2008).

O Health Behaviour in School-Aged Children – HBSC mostrou que apenas 20% dos adolescentes de 13 anos realizavam atividade física com duração de uma hora ou mais, variando de 15% para as meninas e 25% para os meninos (CURRIE et al., 2008).

Estudos com informações sobre adultos têm mostrado que a prática da atividade física no lazer é mais frequente entre pessoas de maior renda, ou maior escolaridade (HALLAL et al., 2006; MALTA et al., 2008). Um estudo feito com dados de adolescentes em Pelotas também mostrou que filhos de famílias com maior escolaridade também praticavam mais atividade física (HALLAL et al., 2006).

Segundo Guedes e outros (2001) em Londrina, no Paraná, o tempo de dedicação à prática de esporte e exercício físico em escolares é em média 48 minutos por semana para as adolescentes e 3 horas e 20 minutos por semana para os do sexo masculino.

Tempo de atividade física acumulada

O monitoramento dos níveis de atividade física entre escolares é importante para direcionar políticas para este público. A PeNSE investigou o tempo de atividade física acumulada dos escolares nos últimos sete dias, combinando os tempos e frequências com que foram realizadas atividades como: o deslocamento para a escola a pé ou de bicicleta, aulas de educação física na escola e outras atividades físicas extraescolares. O tempo de atividade física acumulada foi quantificado somando os tempos gastos com essas atividades nos últimos sete dias. Foram considerados ativos aqueles que acumularam 300 ou mais minutos de atividade física no período considerado.

A análise dos dados procurou identificar o tempo de prática de atividade física, usando as seguintes categorias: inativo; insuficientemente ativo (subdividido entre os que praticaram atividade física de 1 a 149 minutos e os que praticaram atividade física de 150 a 299 minutos); e ativo (praticaram 300 minutos ou mais de atividade física).

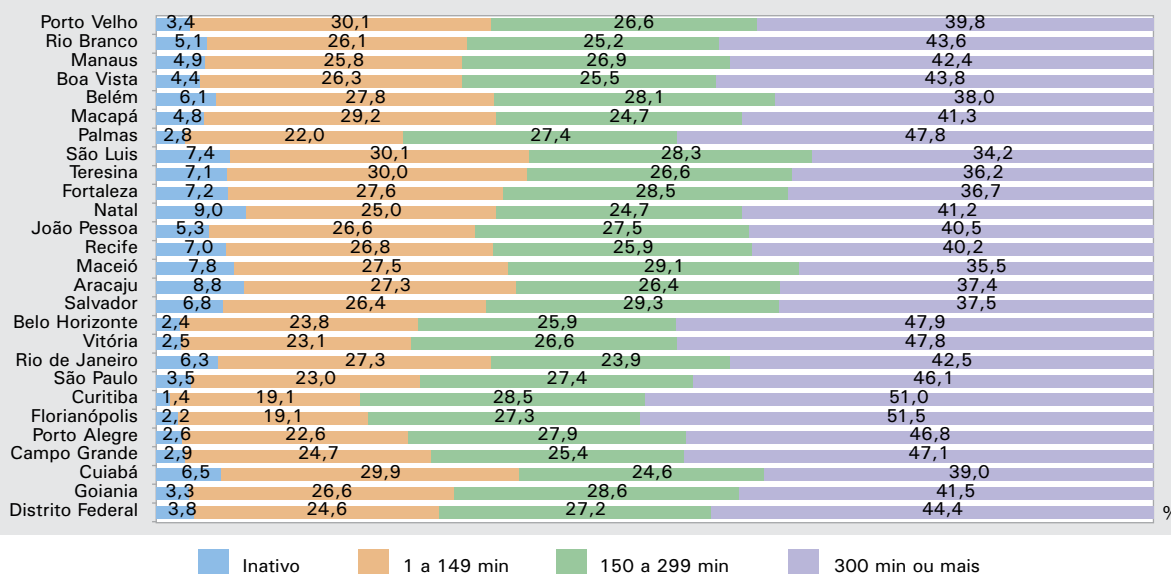
Os resultados revelaram que, para o conjunto das capitais e do Distrito Federal, 43,1% dos escolares eram ativos em termos de prática de atividade física. Mais da metade dos escolares do sexo masculino foram incluídos na categoria ativos (56,2%), enquanto entre os escolares do sexo feminino a frequência foi de 31,3%. As percentagens observadas entre escolares das redes privada e pública foram, respectivamente, 45,1% e 42,6%.

Em Florianópolis, 51,5% dos escolares foram classificados como ativos e, em Curitiba, o percentual foi de 51,0%. As capitais com as menores proporções de escolares ativos foram São Luís, com 34,2% e Maceió, 35,5%. (Tabela 5.1)

Distribuição de frequência da atividade física

O Gráfico 6 mostra o padrão de distribuição de frequência de atividade física acumulada na última semana antes da pesquisa. Os percentuais de escolares não ativos em termos de prática de atividade física variaram de 2,2%, em Florianópolis, a 9,0%, em Natal. A proporção de ativos variou de 34,2%, em São Luís, a 51,5% em Florianópolis.

Gráfico 6 - Percentual de escolares frequentando o 9º ano do ensino fundamental, por duração semanal de atividade física, segundo os municípios das capitais e Distrito Federal - 2009



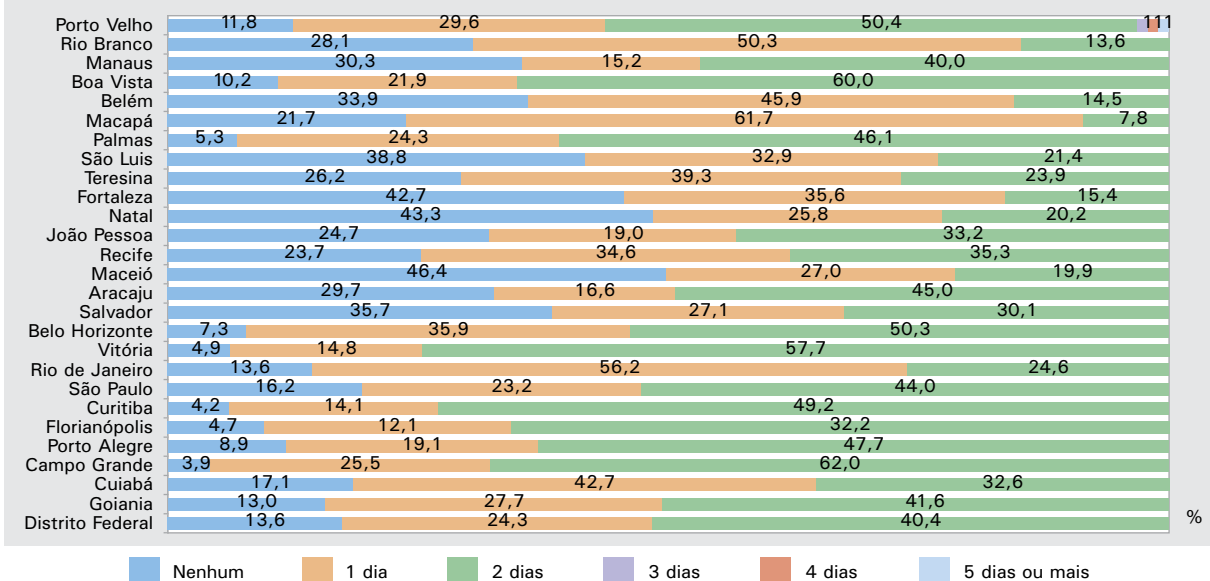
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisa, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar 2009.

Frequência de dias de aulas de educação física na escola

A escola é um importante espaço de difusão de informação para crianças e jovens sobre a importância da prática da atividade física para promoção de uma vida com mais saúde, desenvolvendo o interesse dos escolares pelas atividades, esportes e exercícios abordados nas aulas de educação física. A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e que determina a obrigatoriedade da prática de aulas de educação física nas escolas. Em 2006, em um estudo de revisão de literatura sobre as intervenções em atividade física na América Latina, desenvolvido pelo Centro de Controle e Prevenção de Doenças (Centers for Disease Control and Prevention - CDC) dos Estados Unidos, o Ministério da Saúde e universidades americana e brasileira, recomendaram a aula de educação física, destacando-a como forte estratégia para aumentar a prática de atividade física em crianças e jovens (HOEHNER et al., 2008). Os estudos nesta área mostram que a prática de atividade física mais frequente entre meninos é uma tendência mundial (HALLAL et al., 2006; GUEDES et al., 2001; CURRIE et al., 2008).

O Gráfico 7 mostra o percentual de escolares por frequência de aulas de educação física nos últimos sete dias antes da pesquisa.

Gráfico 7 - Percentual de escolares frequentando o 9º ano do ensino fundamental, por frequência semanal de aulas de educação física na escola, segundo os municípios das capitais e Distrito Federal - 2009



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisa, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar 2009.

A frequência de escolares que tiveram dois dias ou mais de aulas de educação física na escola nos últimos sete dias no conjunto das capitais e o Distrito Federal foi de 49,2%. A menor proporção foi observada em Macapá (16,6%) e a maior, em Florianópolis (83,2%). A proporção de escolares das escolas públicas que tiveram dois dias ou mais de aulas de educação física foi de 50,6%. A percentagem de escolares das escolas privadas, neste indicador, foi menor e atingiu 43,9%.

Hábito sedentário: tempo assistindo TV

O mecanismo primário para o sobrepeso e obesidade é o aumento da ingestão de energia e a redução dos gastos energéticos. O tempo gasto em atividades sedentárias reduz o dispêndio de energia e conseqüentemente leva ao sobrepeso e obesidade (CURRIE et al., 2008).

Os motivos pelos quais as crianças e adolescentes têm sido menos ativos passam pelo crescimento do tempo em frente à TV, Internet e videogame, menos aulas de educação física nas escolas, menor opção de lazer ativo, em função da violência intraurbana e mobilidade urbana, aumento da frota automobilística e a preocupação dos pais com a segurança (RODRÍGUEZ et al., 2005).

A OMS recomenda que crianças não devem estar mais que uma ou duas horas em frente à TV e videogame diariamente. O tempo em frente à TV está associado ao consumo de alimentos calóricos, refrigerante e baixo consumo de frutas e vegetais, além de pouco gasto de energia (CURRIE et al., 2008).

Os resultados da PeNSE mostraram que 79,5% dos escolares frequentando o 9º ano do ensino fundamental assistiam TV por duas ou mais horas diárias. Este indicador variou de 74,0%, em Boa Vista, a 83,0%, em Cuiabá. (Tabela 5.3).

Cigarro, álcool e outras drogas

Uso do cigarro alguma vez

O tabaco é um dos determinantes mais importantes para o desencadeamento das doenças crônicas. Segundo a OMS, o tabaco é líder nas causas de mortes preveníveis no mundo. Em 2000, 4,83 milhões de mortes prematuras foram atribuídas ao tabaco e, segundo estimativas da OMS, nos próximos 20 anos, a epidemia tabágica será responsável por mais de 8 milhões de mortes no mundo. Os problemas de saúde relacionados ao tabaco são resultantes da duração (anos de fumo) e da intensidade (número de cigarros fumados). Conseqüentemente, um ponto-chave na saúde pública é prevenir ou pelo menos retardar a iniciação ao hábito (CURRIE et al., 2008).

A idade de iniciação ao hábito de fumar está cada vez mais precoce. Adolescentes fumantes possuem alta probabilidade de se tornarem adultos fumantes, aumentando assim o risco de morbimortalidade da população por doenças crônicas e causas evitáveis (MALCON; MENEZES; CHATKIN, 2003). A iniciação precoce ao fumo é um preditor de uso de outras substâncias, como álcool e drogas ilícitas. Torna-se, portanto, importante monitorar a iniciação em adolescentes, por ser uma ação passível de prevenção (PEDEN et al., 2008).

De acordo com o II Levantamento Domiciliar sobre o Uso de Drogas Psicotrópicas no Brasil: 2005, realizada pelo Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas - CEBRID, os adolescentes do sexo masculino apresentavam maiores prevalências de consumo do tabaco quando comparados com a população feminina da mesma idade. Na faixa etária de 12 a 17 anos, 15,2% fizeram uso de tabaco, sendo que 2,9% usavam habitualmente. Outro fato importante apresentado nos resultados da pesquisa foi a idade de iniciação ao tabaco, a média etária foi de 12,8 anos, comprovando o uso precoce da droga (II LEVANTAMENTO..., 2006).

Os resultados da PeNSE mostraram que 24,2% dos escolares experimentaram o cigarro alguma vez. A capital Curitiba obteve a maior frequência (35,0%) de escolares que já fizeram uso do cigarro, seguida de Campo Grande (32,7%) e Porto Alegre (29,6%). Não houve diferença significativa quando os resultados foram desagregados por sexo, visto que 24,4% foi a proporção dos escolares do sexo masculino que experimentaram cigarro alguma vez e, 24,0%, foi o percentual observado para os escolares do sexo feminino para o conjunto das capitais. Os escolares das escolas públicas estiveram mais expostos a este fator de risco (25,7%) do que os escolares das escolas privadas (18,3%) (Tabela 6.1).

Uso atual de cigarros

O uso atual de cigarros foi medido pelo consumo feito nos últimos 30 dias, independente da frequência e intensidade do consumo. A partir deste recorte temporal, constatou-se que 6,3% dos escolares haviam fumado cigarro. As cidades com maiores proporções de escolares fumantes no período referido foram: Curitiba com 9,9% e Campo Grande com 9,3%. Vitória e Maceió foram as capitais com as menores frequências, respectivamente, 3,9% e 3,8% (Tabela 6.2).

Escolares com pelo menos um dos responsáveis fumantes

A adoção de comportamentos prejudiciais à saúde é influenciada por uma série de fatores, dentre os principais está o exemplo vindo da família. Inúmeros estudos têm apontado hábitos familiares como um importante fator de risco, ou de proteção para o consumo de tabaco. Isto se deve ao fato deste consumo ser aprendido predominantemente a partir de interações estabelecidas entre os jovens e suas fontes primárias de socialização, que no ocidente são a família, a escola e o grupo de amigos. O uso de tabaco e as atitudes permissivas dos pais perante este consumo podem exercer grande influência na adoção de diferentes comportamentos prejudiciais à saúde dos jovens (PAIVA; RONZANI, 2009).

Os dados da PeNSE mostraram que 31,0% dos escolares tinham pelo menos um dos responsáveis que fumavam. Em Porto Alegre, esta frequência foi de 39,8% e, em Salvador, de 22,6%. A percentagem de escolares de escolas públicas que tinham pelo menos um dos pais ou responsáveis fumantes foi maior que a dos escolares da rede privada, respectivamente, 32,9% e 23,6%, para o total das capitais e do Distrito Federal (Tabela 6.3).

Opinião sobre a reação da família se soubesse que o escolar fuma cigarro

No que tange à avaliação dos adolescentes frente ao comportamento dos seus familiares quanto ao uso do cigarro, investigou-se na PeNSE a percepção dos escolares sobre qual seria a reação de sua família se soubesse que eles estavam fumando cigarro. O resultado foi que 95,5% dos escolares declararam que sua família se importaria muito, caso soubesse que eles fumavam. Nesta informação, não se constatou diferença significativa entre escolares de escolas públicas (95,4%) e de escolas privadas (96,0%). Apenas 1,3% dos escolares da pesquisa respondeu que os pais não se importariam, caso soubessem que eles fumavam (Tabela 6.4).

Experimentação precoce de bebida alcoólica

O álcool consumido em larga escala está associado a consequências negativas para os consumidores e a sociedade em geral. Aproximadamente, 5,2 milhões de mortes anualmente ocorrem no mundo por acidentes e violências. Dessas, 1,8 milhão está associada a este hábito. Portanto, o consumo excessivo de bebidas alcoólicas constitui em um grave problema de saúde pública da sociedade moderna, uma vez que seus efeitos repercutem tanto na saúde física quanto na saúde mental da população em geral (TRENDS..., [2008]; VIEIRA, et al., 2008). O uso precoce do álcool é um fator de exposição para problemas de saúde na idade adulta, além de aumentar significativamente o risco de se tornar consumidor em excesso ao longo da vida (STRAUCH et al., 2009).

O uso do álcool demonstrou, também, ser um fator de risco para o uso de outras drogas e a fase da adolescência é o período de maior vulnerabilidade para o ingresso no uso de substâncias psicoativas. Dentre alguns dos fatores de risco para esse ingresso, destacam-se o uso dessas substâncias pelos pais e amigos e o desenvolvimento de sintomas depressivos (STRAUCH et al., 2009).

No Brasil, o padrão de consumo de bebidas alcoólicas é preocupante, principalmente, entre adolescentes e jovens. Estudo em escolares da rede pública de ensino fundamental e médio, no conjunto das 27 capitais brasileiras, realizado em 2004, mostrou que a média de idade para a iniciação do álcool era de 12,5 anos (GALDUROZ et al., 2005).

Os dados da PeNSE mostraram que 71,4% dos escolares já experimentaram bebida alcoólica alguma vez. Esse percentual variou de 55,1%, em Macapá, a 80,7%, em Curitiba. A maior frequência de experimentação de bebida alcoólica ocorreu com escolares do sexo feminino (73,1%), sendo a proporção de experimentação entre os do sexo masculino também elevada (69,5%). A experimentação de bebida alcoólica foi de 75,7% entre os escolares das escolas privadas e de 70,3%, entre os escolares das escolas públicas (Tabela 6.5).

Consumo atual de bebida alcoólica

O consumo atual de bebida alcoólica entre os escolares, avaliado pelo consumo feito nos últimos 30 dias, foi de 27,3% para o conjunto dos 26 municípios das capitais e o Distrito Federal. A capital com a menor proporção neste indicador foi Rio Branco com 16,0%. Os maiores percentuais foram observados em Curitiba e Porto Alegre, 36,4% (Tabela 6.6).

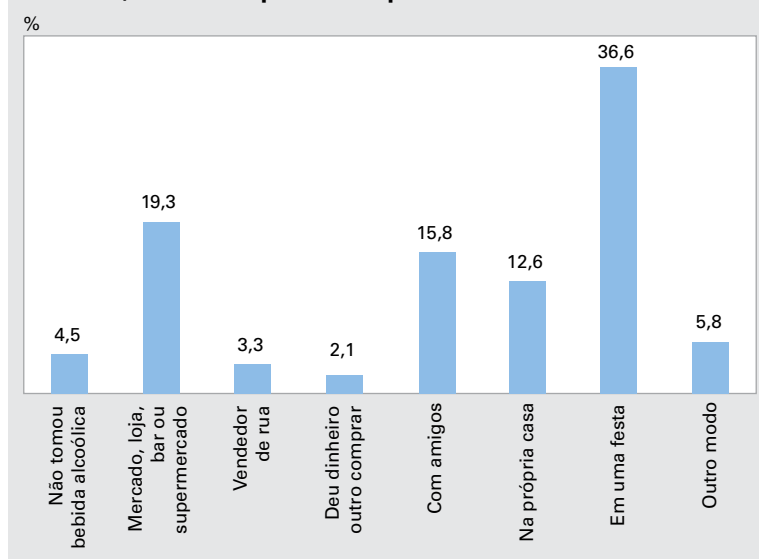
Dentre os consumidores atuais, a forma mais comum que tiveram para adquirir a bebida alcoólica foi através de festas (36,6%), seguido da compra em mercado, loja, supermercado ou bar (19,3%). Outros 15,8% dos escolares que consumiram bebida alcoólica, nos últimos 30 dias, adquiriram com amigos e 12,6%, na própria casa (Gráfico 8).

Cabe ainda ressaltar que 22,1% dos escolares responderam que já se embriagaram.

Fortaleza com 15,7% foi a capital com o menor percentual de episódios de embriaguez relatados e Curitiba com 30,0% teve a maior frequência. A proporção de escolares das escolas públicas que beberam até ficarem embriagados foi de 22,8% e o percentual de escolares das escolas privadas neste quesito foi de 19,4% (Tabela 6.7).

No que diz respeito à percepção dos escolares sobre a reação de sua família, caso eles chegassem em casa bêbados, 93,8% dos adolescentes afirmaram que os seus pais se importariam muito. Em todas as cidades, os percentuais foram superiores a 91% (Tabela 6.8).

Gráfico 8 - Percentual de escolares frequentando o 9º ano do ensino fundamental que consumiram bebida alcoólica, nos últimos 30 dias, por local ou forma que adquiriu a bebida que consumiu, nos municípios das capitais e do Distrito Federal - 2009



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisa, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar 2009.

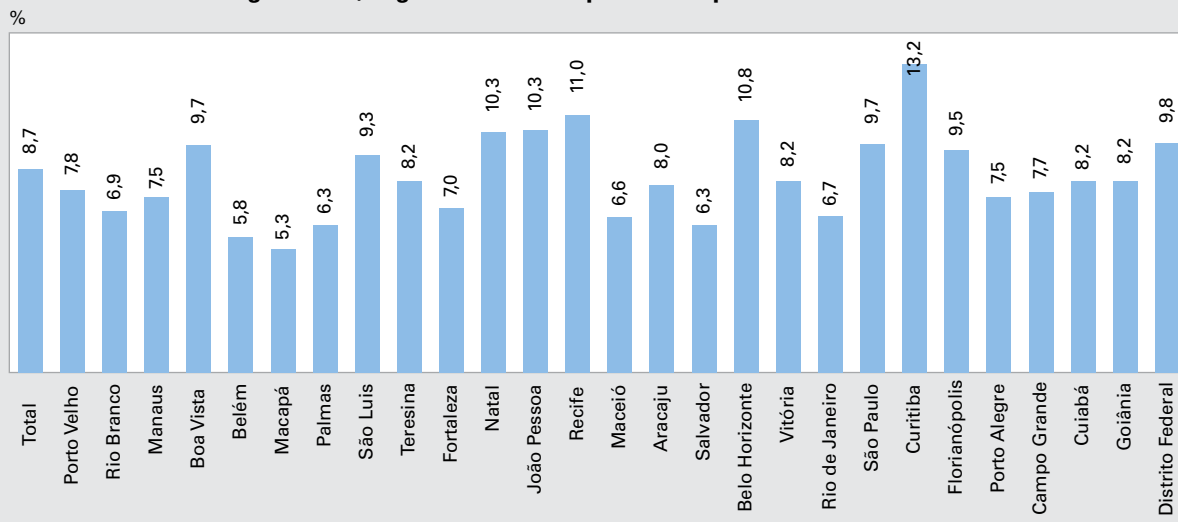
Uso de drogas ilícitas alguma vez

O aumento da experimentação de drogas entre jovens tem se tornado um sério problema em muitos países. A droga ilícita mais consumida na Europa e nos Estados Unidos é a Cânabis (maconha). O uso de Cânabis entre jovens pode ser um preditivo de desajustes psicossociais e eleva a chance de dependência na vida adulta. O Health Behaviour in School-Aged Children mostrou que 18% dos jovens de 15 anos de idade já haviam usado maconha durante algum período (CURRIE et al., 2008).

Geralmente, levantamentos sobre o uso de drogas entre escolares, demonstram que no sexo masculino as drogas como álcool, maconha e tabaco são mais usadas, enquanto entre as mulheres o uso de anfetamínicos e ansiolíticos são mais frequentes (GALDUROZ et al., 2005; II LEVANTAMENTO..., 2006).

Os dados levantados na PeNSE sobre o uso de algum tipo de droga, tais como: maconha, cocaína, crack, cola, loló, lança perfume, ecstasy alguma vez evidenciam que 8,7% dos escolares já usaram alguma dessas drogas ilícitas, sendo o maior percentual encontrado na capital Curitiba (13,2%) e o menor em Macapá (5,3%) (Gráfico 9). Os escolares do sexo masculino foram mais frequentes no uso de drogas ilícitas (10,6%) no total das capitais e no Distrito Federal. Entre os escolares do sexo feminino, o percentual foi de 6,9% (Tabela 6.9).

Gráfico 9 - Percentual de escolares frequentando o 9º ano do ensino fundamental que usam drogas ilícitas alguma vez, segundo os municípios das capitais e Distrito Federal - 2009



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisa, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar 2009.

Saúde sexual e reprodutiva

Os estudos mais recentes da Organização Mundial da Saúde revelam que 22% dos adolescentes já haviam iniciado atividade sexual aos 15 anos de idade. O mesmo trabalho inferiu que a iniciação sexual precoce está associada com o não uso, ou uso inadequado de preservativos e suas consequências (gravidez precoce, DST/AIDS) (CURRIE et al., 2008).

Nos Estados Unidos, um inquérito realizado, em 2007, entre escolares do 9º ano do ensino fundamental até o 12º ano (equivalente ao ensino médio), verificou

que 47,8% dos escolares já tinham iniciação sexual e 89,5% dos escolares receberam na escola orientação sobre DST/AIDS (TRENDS..., 2007b).

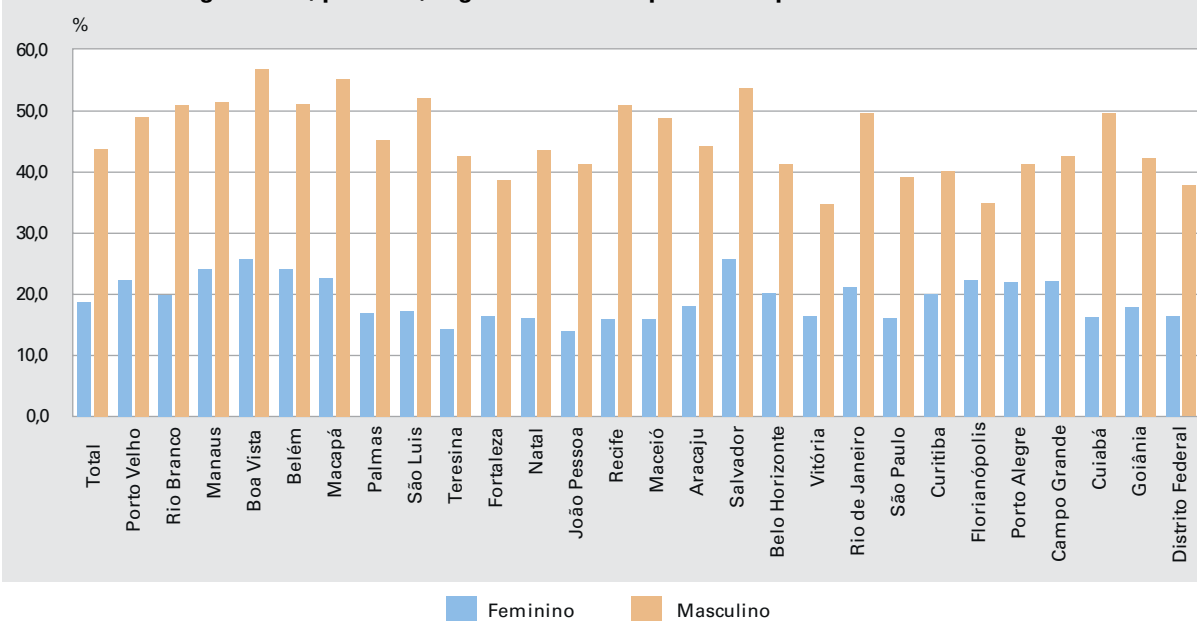
Iniciação sexual

Os dados levantados na PeNSE revelaram que 30,5% dos escolares já tiveram relação sexual alguma vez. A frequência de escolares adolescentes do sexo masculino que tiveram relação sexual foi de 43,7%. Entre os escolares do sexo feminino a proporção foi de 18,7%, para o conjunto das capitais e o Distrito Federal. Salvador e Boa Vista foram as capitais com as maiores proporções de escolares do sexo feminino que declararam ter tido relações sexuais, enquanto Boa Vista foi onde se observou maiores percentuais para os escolares do sexo masculino (Gráfico 10). A variação observada entre as capitais no total dos escolares foi de 40,4%, em Boa Vista, a 25,3%, em Vitória. Nas escolas públicas, foram constatados mais escolares que já iniciaram a sua vida sexual (33,1%) quando comparados aos escolares das escolas privadas (20,8%) (Tabela 7.1).

Uso de preservativos

Segundo a OMS, o uso de preservativos protege de gravidez indesejada e também das DST, incluindo AIDS. Preservativos são os métodos de contracepção mais usados entre os jovens. O não uso constitui um marcador de relação sexual de risco. Outras condutas consideradas de risco são a iniciação sexual precoce, múltiplos parceiros, uso de álcool e drogas antes do sexo (CURRIE et al., 2008).

Gráfico 10 - Percentual de escolares frequentando o 9º ano do ensino fundamental que já tiveram relação sexual alguma vez, por sexo, segundo os municípios das capitais e Distrito Federal - 2009



A PeNSE investigou, também, o uso de preservativos pelos escolares. Nas capitais brasileiras e no Distrito Federal, dentre os 30,5% que tiveram relação sexual, 75,9% dos escolares disseram ter usado preservativo na última relação sexual. A menor frequência de uso de preservativos entre os escolares foi observada em São Luís – 68,3% e a maior, em Rio Branco – 82,1%. Não há diferença significativa entre as respostas obtidas por sexo. Também não foi relevante a diferença quando se analisou a frequência deste uso entre escolares de escolas privadas (76,1%) e públicas (75,8%), para o total das capitais e Distrito Federal (Tabela 7.2).

Acesso na escola à informações sobre sexualidade e DST

Dentre as ações que os adolescentes têm direito nos currículos escolares na área da saúde sexual e reprodutiva, mesmo antes do início da atividade sexual, está a do acesso aos meios e métodos anti-conceptivos para evitar a gravidez não desejada e de prevenção das doenças sexualmente transmissíveis. Evidentemente, respeitando-se a liberdade individual de escolha, busca-se desenvolver entre os adolescentes comportamentos de prevenção e autocuidado (MARCO..., 2007).

No Brasil, estudo realizado em amostra de 2 186 escolas identificou que em 73,4% delas foi desenvolvida alguma atividade sobre DST/AIDS ou uso de drogas (LEVANTAMENTO..., 2000).

Os dados da PeNSE mostraram que 87,5% dos escolares da rede pública e 89,4% dos escolares da rede privada haviam recebido informações sobre AIDS ou outras doenças sexualmente transmissíveis. Quanto à orientação sobre prevenção de gravidez, 82,1% dos escolares das escolas privadas e 81,1% dos escolares das escolas públicas, no total das capitais brasileiras e Distrito Federal, receberam informações sobre o tema na escola. A pesquisa revela, ainda, que 71,4% dos escolares da rede pública e 65,4% dos escolares da rede privada, receberam informações sobre a aquisição gratuita de preservativos (Tabelas 7.3, 7.4 e 7.5).

Acidentes, violências e segurança

A Organização Mundial de Saúde - OMS, em seu relatório mundial sobre Violência e Saúde, definiu a violência como: “Uso da força física ou do poder real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha qualquer possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação” (INTERNATIONAL..., 2002).

As crianças, os adolescentes e jovens estão entre as principais vítimas da violência na vida cotidiana, sendo esta a primeira causa de morte dos adolescentes e jovens brasileiros. Destaca-se, também, que adolescentes e jovens estão entre os principais autores de agressão (SAÚDE..., 2008).

O Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, em vigor desde 1990, constitui uma das estratégias do Estado e da sociedade para preservar os direitos fundamentais da população brasileira nessas faixas etárias. O ECA assegura que nenhuma criança ou adolescente deve ser objeto de discriminação, negligência, exploração, violência, crueldade ou agressão dentro ou fora da família. Estabelece, também, que todos os

profissionais que trabalham com crianças e adolescentes têm o dever de comunicar aos Conselhos Tutelares situações de maus tratos (BRASIL, 1990).

Por se caracterizar como um fenômeno social, parece inevitável que a violência atinja o espaço escolar e se expresse no cotidiano por meio de atitudes de intolerância e individualismo, entre as mais diversas formas. As variadas expressões de violências costumam permear, de forma contundente ou sutil, o relacionamento estabelecido na comunidade escolar e o desenvolvimento das atividades pedagógicas, como um reflexo ou uma forma de reprodução da vida social.

Um dos grandes problemas enfrentados por escolares, professores e diretores de escolas está relacionado ao uso de drogas ilícitas e ao porte de armas, acometendo tanto escolas da periferia como escolas de classe média e alta, sejam públicas ou privadas.

Charlot (2002) distingue as violências no contexto escolar em:

- violência na escola como aquela produzida dentro do espaço escolar, sem estar ligada à natureza e às atividades da instituição escolar;
- violência à escola estando ligada à natureza e às atividades da instituição escolar (incêndios provocados por alunos, agressões a professores, demais trabalhadores da educação); e
- violência da escola, violência institucional, simbólica, que os alunos sofrem ou são submetidos (atribuições de notas, palavras e atos considerados pelos alunos como injustos e discriminatórios, castigos, humilhações, entre outros).

Neste aspecto, a PeNSE investigou temas relacionados à segurança no deslocamento para a escola e na escola, à agressão física, ao uso de arma de fogo e branca, *bullying*, e à segurança no trânsito.

Segurança no trajeto casa-escola ou na escola

Os resultados mostraram que a proporção de escolares que deixaram de ir à escola, nos últimos 30 dias anteriores à pesquisa por não se sentirem seguros no caminho de casa para a escola ou da escola para casa foi de 6,4%, no total das capitais e no Distrito Federal. As capitais com os maiores percentuais foram: Belém (7,8%) e Maceió (7,7%); e com o menor, Florianópolis (4,3%).

Quando analisada a proporção de escolares que faltaram à escola motivados por questões de insegurança, seja no trajeto de casa para a escola ou na escola, observou-se que nos escolares de escolas públicas (9,7%) o percentual foi superior aos escolares das escolas privadas (5,5%).

A proporção de escolares que deixaram de ir à escola porque não se sentiam seguros na escola, para o total da pesquisa, alcançou 5,5%, tendo variado de 3,4%, em Porto Velho, a 7,3%, em Macapá (Tabela 8.1).

Bullying

Os profissionais da educação, escolares e pais vêm-se surpreendendo com diversas manifestações de violência entre os diferentes atores sociais na escola. Uma delas é o chamado *bullying*. O *bullying* (do inglês *bully* = valentão, brigão)

compreende comportamentos com diversos níveis de violência que vão desde chateações inoportunas ou hostis até fatos francamente agressivos, sob forma verbal ou não, intencionais e repetidas, sem motivação aparente, provocado por um ou mais escolares em relação a outros, causando dor, angústia, exclusão, humilhação, discriminação, entre outros. Outros membros da comunidade escolar podem ser afetados pelo *bullying*, envolvendo frequentemente os mesmos atores, nas mesmas posições de agente e de vítima. Trata-se de situações em que se constatam relações de poder assimétricas entre agente(s) e vítima(s), nas quais se tem dificuldade de defesa. Na literatura especializada, adota-se também o termo de vitimização. Este tipo de atitude deve ser identificado como violência pela comunidade escolar e deve ser trabalhada para a construção de um ambiente saudável (LIBERAL et al., 2005).

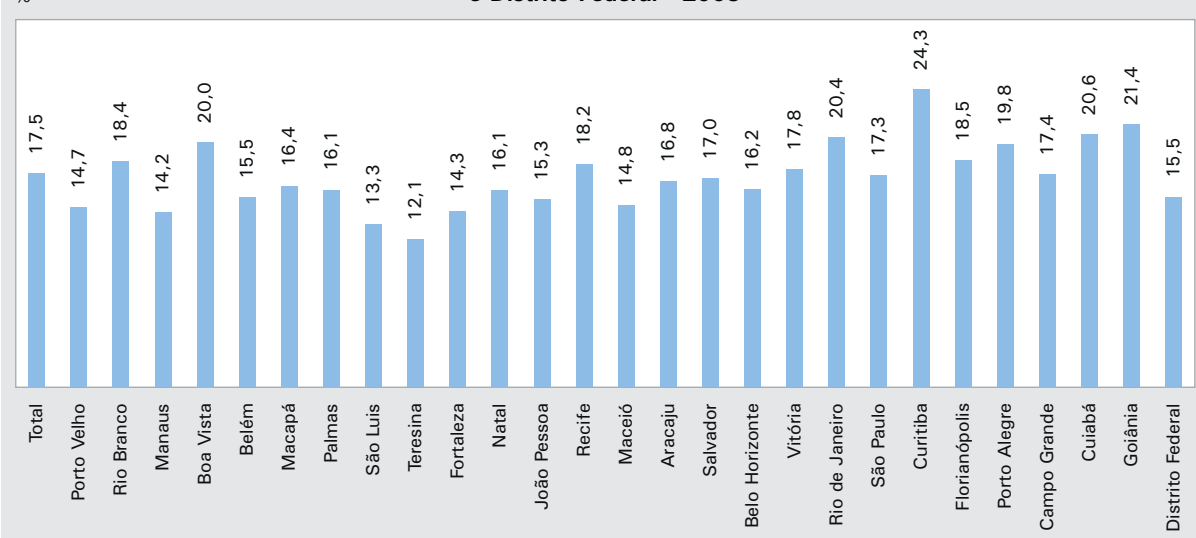
A PeNSE investigou esse tema através da seguinte pergunta que foi feita aos escolares neste bloco de informações sobre *Bullying*: “Nos últimos 30 dias, com que frequência algum dos seus colegas de escola te esculacharam, zoaram, mangaram, intimidaram ou caçoaram tanto que você ficou magoado/incomodado/aborrecido?” Os resultados da PeNSE mostraram que 69,2% não sofreram *bullying*. O percentual dos que foram vítimas deste tipo de violência, raramente ou às vezes, foi de 25,4% e a proporção dos que disseram ter sofrido *bullying* na maior parte das vezes ou sempre foi de 5,4%. O Distrito Federal com (35,6%) seguido por Belo Horizonte com (35,3%) e Curitiba com (35,2 %) foram as capitais com maiores frequências de escolares que declararam ter sofrido esse tipo de violência alguma vez nos últimos 30 dias. Foram observadas diferenças por sexo, sendo mais frequente entre os escolares do sexo masculino (32,6%) do que entre os escolares do sexo feminino (28,3%). Quando comparada a dependência administrativa das escolas, a ocorrência de *bullying* foi verificada em maior proporção entre os escolares de escolas privadas (35,9%) do que entre os de escolas públicas (29,5%) (Tabela 8.2).

Uso da violência física

A violência entre adolescentes tem emergido como problema de grande relevância, sendo que a luta (briga) física é a manifestação mais comum de violência interpessoal entre adolescentes.

Os dados da PeNSE sobre o uso da violência revelaram que 12,9% dos escolares informaram ter tido envolvimento em alguma briga, nos últimos 30 dias, na qual alguém foi agredido fisicamente. Esta informação quando desagregada por sexo mostra que este tipo de violência foi de 17,5% para os escolares do sexo masculino (Gráfico 11), quase o dobro do percentual observado para os escolares do sexo feminino que foi de 8,9%. A capital com maior proporção de escolares que estiveram envolvidos em briga, onde houve agressão física foi Curitiba (18,1%), e a com a menor, Teresina (8,4%). As mesmas cidades apresentaram as seguintes frequências por sexo para este indicador: Teresina 12,1%, para escolares do sexo masculino e 5,2%, para escolares do feminino; e Curitiba 24,3%, para escolares do sexo masculino e 12,7%, para escolares do sexo feminino. A diferença mais significativa entre escolares de escolas públicas e privadas foi observada em Curitiba (Tabela 8.3).

Gráfico 11 - Percentual de escolares do sexo masculino frequentando o 9º ano do ensino fundamental que estiveram envolvidos em briga na qual alguém foi agredido fisicamente, segundo os municípios das capitais e Distrito Federal - 2009



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisa, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar 2009.

Envolvimento em briga com arma branca ou de fogo

No que se refere às brigas com arma branca, 6,1% dos escolares declararam envolvimento, nos últimos 30 dias, sendo mais frequente em escolares do sexo masculino (9,0%), do que nos escolares do sexo feminino (3,4%). Essa distribuição foi variada entre as capitais e o Distrito Federal. As maiores proporções de envolvimento em brigas com uso de arma branca ocorreram em Boa Vista (9,5%), e a menor proporção em Porto Velho (4,1%) (Tabela 8.4).

O envolvimento em brigas com arma de fogo foi declarado por 4,0% dos escolares, sendo mais frequente em escolares do sexo masculino (6,0%) do que escolares do sexo feminino (2,3%). Boa Vista (9,4%) e Curitiba (9,2%) apresentaram as maiores frequências de escolares do sexo masculino envolvidos em brigas com arma de fogo. A menor frequência foi observada em Teresina (4,0%) (Tabela 8.5).

Agressão física por adulto da família

A violência intrafamiliar se caracteriza por todo tipo de agressão que prejudique o bem-estar, a integridade física, psicológica, a liberdade, ou direito de desenvolvimento de algum membro da família. Segundo a Organização Mundial da Saúde, podem ser distinguidos quatro tipos de violência contra a criança e adolescentes: a física, a sexual, a emocional ou psicológica e a negligência, as quais podem resultar em danos ao crescimento, desenvolvimento psicológico e maturação das crianças e adolescentes.

No bloco sobre violência, a PeNSE investigou, também, a ocorrência de agressão física por um adulto da família. Este tipo de violência é na maioria das vezes encoberto e revela uma triste realidade, a família, da qual se espera a proteção e o apoio, pode também ser fonte risco (PEDEN et al., 2008).

Os resultados da PeNSE revelaram que 9,5% dos escolares sofreram agressão por algum adulto da família. Os percentuais variaram de 6,6%, em Florianópolis, a

11,7%, em Recife. Não foram observadas diferenças significativas por sexo ou entre escolares de escolas públicas (9,6%) ou privadas (9,3%) (Tabela 8.6).

Segurança no trânsito

Com relação às questões referentes ao trânsito, investigou-se sobre o uso do cinto de segurança e a direção de veículo motorizado pelos adolescentes e, ainda, se haviam sido transportados por alguém que tinha consumido alguma bebida alcoólica, sempre nos últimos 30 dias anteriores à pesquisa.

Considerando-se todas as capitais e o Distrito Federal, 26,3% dos escolares relataram que não fizeram uso do cinto de segurança quando estavam em um veículo motorizado. Manaus foi a capital com a maior proporção de escolares que usaram o cinto (44,2%) e Vitória foi a com o menor percentual, (18,2%). As proporções neste indicador segundo o sexo, para o conjunto das capitais e do Distrito Federal, foram de 28,7%, para escolares do sexo feminino e 23,6%, para escolares do sexo masculino. As ocorrências por escolares de escolas públicas perfizeram 29,2%, e pelos escolares das escolas privadas 18,6%, no total da pesquisa (Tabela 8.7).

Quanto à direção de veículo motorizado, 18,5% do total de escolares declararam ter dirigido. Neste caso, faz-se importante ressaltar que a população estimada pela PeNSE é basicamente de menor de idade. A proporção de escolares que dirigiram veículos motorizados foi de 31,5% em Boa Vista e de 14,5%, em Porto Alegre. A diferença entre resultados por sexo neste quesito foi relevante, 29,3% para o masculino e 9%, para o feminino (Tabela 8.8).

Os dados da PeNSE mostraram, também, que 18,7% do total de escolares foram transportados, nos últimos 30 dias anteriores à pesquisa, em veículos motorizados dirigidos por motoristas que consumiram bebida alcoólica. Em Goiânia, o percentual desse fato atingiu 23,4% e, em Manaus, 14,4%. Os escolares de escolas privadas estiveram mais expostos a esse risco (23,8%) do que os das escolas públicas (17,3%) (Tabela 8.9).

Essas estatísticas referentes aos fatores de risco relacionados à segurança no trânsito reveladas pela PeNSE são relevantes visto que os acidentes e violências representam as causas mais importantes de morbimortalidade entre jovens e adolescentes. Na faixa de 10 a 14 anos de idade, os acidentes de transporte correspondem a 43,5% das mortes (SAÚDE..., 2008).

Saúde bucal

A saúde bucal é modulada pelas atitudes individuais, tanto por fatores de risco comuns a outras doenças crônicas como dieta rica em açúcar, uso de tabaco e bebidas alcoólicas; quanto por fatores de proteção, como exposição adequada ao flúor e boa higiene oral.

Estudos nesta área mostram que indivíduos mais jovens costumam relatar maior frequência de visitas ao dentista e de higiene oral. Segundo o Projeto Saúde Bucal, 48,5% dos adolescentes relataram ter tido sua última consulta ao dentista há menos de um ano, e 23,0% entre um a dois anos (PROJETO..., 2004).

No estudo de Lisboa e Abegg (2006), 67% dos indivíduos de 15 a 19 anos de idade relataram visita ao dentista há menos de um ano, no entanto 44% afirmaram ir ao dentista apenas quando tem dor. As mulheres apresentaram escovação mais frequente do que os homens. Entre adolescentes de 14 a 19 anos de idade, 54% afirmaram escovar os dentes três vezes ao dia, e 34% relataram usar fio dental.

Escovação e dor de dente

Na PeNSE, considerando o total de escolares estimados, a proporção que declarou escovar os dentes três ou mais vezes ao dia foi de 73,6%, variando de 82,8%, em Macapá, a 65,5%, no Distrito Federal. O percentual dos escolares do sexo feminino que declararam escovar os dentes três vezes ao dia foi de 76,9%, enquanto os escolares do sexo masculino foi de 69,8%. Quanto à dependência administrativa da escola, os percentuais neste indicador foram de 74,4%, para os escolares de escolas públicas e 70,2%, para os escolares da rede privada (Tabela 9.1).

A cárie dentária acomete todas as faixas etárias, e é a doença crônica mais comum em crianças de 5 a 17 anos, ainda que medidas simples, como a higiene oral adequada, possam evitá-la. Para os jovens, além de causar dor, pode afetar o desempenho escolar e o social, com grande impacto na qualidade de vida.

Estudos demonstraram que escolares com dor de dente apresentaram maior índice de dentes cariados, perdidos ou obturados, indicando uma maior necessidade de tratamento. Aqueles que não relataram ter sentido dor nos últimos três meses mostraram-se mais satisfeitos com a aparência de seus dentes (RIHS, 2008).

Os resultados da PeNSE mostraram que 16,2% dos escolares tiveram dor de dente nos últimos seis meses, tendo variado de 12,4%, em Vitória, a 20,6%, em Boa Vista. Os escolares do sexo feminino, com percentual de 18,3%, foram mais acometidos de dor de dente que os escolares do do sexo masculino, 13,8%. Em relação à dependência administrativa das escolas, a maior frequência de escolares com dor de dente nos últimos seis meses foi observada nas escolas públicas (17,3%). O percentual entre os escolares das escolas privadas atingiu 11,7% (Tabela 9.2).

Percepção da imagem corporal

Para os adolescentes, a autopercepção e a satisfação com a imagem corporal são fatores importantes em sua autoaceitação. Se esta percepção for discordante do corpo idealizado pelo adolescente, este fato pode gerar atitudes inadequadas que prejudicam seu crescimento e desenvolvimento. Alto grau de insatisfação com a imagem corporal é preditivo de situações depressivas, desordens psicossomáticas e distúrbios alimentares (CURRIE et al., 2008).

Em estudo realizado para relacionar o estado nutricional com a percepção e a satisfação da imagem corporal que o adolescente tem de si próprio, constatou-se que as adolescentes são mais críticas quanto a própria imagem, cuja percepção não condiz com o estado nutricional (BRANCO; HILÁRIO; CINTRA, 2006).

O grau de satisfação com a autoimagem está intimamente relacionado à perda ou ao ganho de peso corpóreo, sendo comum encontrar que o ganho de peso gera maior

insatisfação, principalmente entre meninas, conforme revelou estudo realizado em adolescentes com idade entre 10 e 14 anos de uma instituição de ensino do Município de Santo André (São Paulo) (CONTI; FRUTUOSO; GAMBARDELLA, 2005).

A Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar - PeNSE avaliou a percepção dos escolares sobre sua própria imagem corporal, nas categorias: magro ou muito magro, normal, gordo ou muito gordo.

Sobre a percepção da imagem corporal, 22,1% dos escolares se achavam magros ou muito magros. A proporção de escolares do sexo masculino que se perceberam magros ou muito magros foi de 23,0%, enquanto no sexo feminino foi de 21,4%, para o total das capitais e do Distrito Federal. Quanto à percepção de estarem normais em relação à imagem corporal, 60,1% dos escolares consideraram esta alternativa, sendo a maior frequência para o sexo masculino (63,3%) e para os escolares das escolas públicas (61,6%). Já 17,7% disseram estar gordos ou muito gordos. Os escolares do sexo feminino observaram-se desta forma em 21,3% dos casos (Tabela 10.1).

Atitude em relação ao peso corporal

Estudos identificaram o fato de ter feito dieta para emagrecer como um fator de risco para os adolescentes. Dentre as explicações apontadas se tem o fato dos adolescentes terem comportamentos que limitam a ingestão de alimentos ou de não terem qualquer refeição e sentirem muita fome ou ter baixo controle de sua alimentação (CARDOSO et al., 2009).

Os dados da PeNSE sobre a atitude em relação ao seu peso corporal revelaram que 62,8% dos escolares estavam fazendo alguma coisa, seja para perder, ganhar ou manter o peso, para o total das capitais e Distrito Federal. Observou-se maior percentual em relação a este indicador para os escolares do sexo feminino, 65,0%. Porém, chama a atenção que um terço dos escolares do sexo feminino (33,3%) estava fazendo alguma coisa com a intenção de perder peso. Para os escolares do sexo masculino, a frequência encontrada foi de 60,2%. Esse percentual foi distribuído da seguinte forma: perder peso (20,9%); ganhar peso (17,9%); e manter peso (21,4%).

Nas escolas privadas, 68,3% dos escolares estavam tentando fazer algo em relação ao seu peso, sendo que 36,7% estavam tentando perder peso, 12,6% ganhar peso e 19,1% manter o peso. Nas escolas públicas, o percentual de escolares que estavam tentando fazer algo em relação ao seu peso foi de 61,3%, sendo que 25,0% dos escolares estavam fazendo algo para perder peso (Tabela 10.2).

Por fim, do total de escolares, 6,9% relataram que vomitaram e/ou ingeriram medicamentos ou fórmulas para controle do peso, sendo o menor percentual encontrado em Florianópolis (4,7%) e o maior, em Boa Vista (9,8%). A frequência de escolares que adotaram estas práticas foi de 7,1% para aqueles que frequentavam as escolas públicas e de 6,0% para os que estudavam em escolas privadas (Tabela 10.3).